

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo quer financiar energia solar para reduzir conta de luz	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Meus Cabelos Brancos	3
Título: Empresas aéreas questionam alta no preço do combustível	4
Título: Credit Suisse falhou ao avaliar Petrobras, diz agência da Suíça	6
Título: Com retroescavadeiras, garimpos em rios do Pará amplificam destruição	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Represando	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: » A energia eólica continua a avançar no Brasil.	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Leilão de térmicas no NE divide o setor	11
Título: Chuvas fortes no Sul fazem ONS abrir vertedouros de usinas em plena seca	14
Título: Grupo de trabalho finaliza relatório sobre retomada de obras em Angra 3	16
Título: Mudança de regras trouxe ExxonMobil de volta ao Brasil	17
Título: Petrobras espera salto de produção em 2019, para novo recorde anual	19
Título: BID lança programa de eficiência energética	21
Título: Órgão dos EUA usará modelo da PSR	22
Título: Curtas	24
Título: Curtas	24

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/09/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca****Título: Governo quer financiar energia solar para reduzir conta de luz**

Apesar de faltarem apenas três meses para fim do mandato de Temer, **ministro Moreira Franco** pretende realizar leilões de termelétricas a gás ainda este ano

Com o brasileiro pagando contas de luz mais caras desde junho com a bandeira tarifária vermelha acionada para compensar os custos do acionamento de termelétricas e a expectativa de industriais de manutenção de tarifas altas pelo menos no horizonte de um ano, o governo tem pouca margem de manobra para amenizar o peso da energia no bolso das famílias e no caixa das empresas.

As alternativas com efeito no curto prazo são limitadas. Ainda assim, a menos de três meses para a saída de Michel Temer, o governo estuda medidas para reduzir a dependência do país de hidrelétricas e, ao mesmo tempo, reduzir o custo da energia. O governo planeja um novo programa de financiamento dos bancos públicos para a compra de painéis de geração de energia solar, o que tende a beneficiar apenas famílias de renda mais alta.

O governo também quer mexer nos subsídios que, junto com os impostos, representam cerca de 50% das contas, o que teria um efeito mais amplo para os consumidores. Mas isso demanda negociações mais complexas e demoradas. Outras duas propostas em estudo são a realização de leilões para substituir termelétricas a diesel por gás natural, mais baratas, e a revisão do contrato da usina Itaipu. Ambas só terão desdobramentos a partir de 2023.

ESPECIALISTAS SÃO CÉTICOS

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, disse ao GLOBO que pretende, pelo menos, levantar a questão sobre a necessidade de eliminar subsídios que pesam na conta de luz. Apesar do calendário apertado, os leilões de termelétricas a gás podem ser realizados ainda em 2018, ele diz. Moreira também quer começar as negociações sobre a revisão do acordo de Itaipu com o Paraguai, cujo novo governo já procurou o Brasil para conversar.

O país vizinho é obrigado a vender o excedente da sua parte na geração da usina para o Brasil até 2023. Depois dessa data, ficará livre para vender no mercado livre (no qual comprador e vendedor negociam o custo da energia). O Brasil é, de longe, o mercado mais atraente, o que abre espaço para a negociação de novas condições.

—Existem programas de assistência regional no Paraná e no Paraguai que foram negociados durante a construção da usina. Tudo isso pesa na conta e precisa ser revisto —diz o ministro. Especialistas veem com ressalvas as iniciativas do governo. Para o professor de Economia da UFRJ, Nivalde José de Castro, é preciso ter cuidado com a criação de programas de financiamento para incentivar a geração domiciliar solar.

Eles tendem a beneficiar quem não precisa. Um kit para atender o consumo de uma residência custa em torno de R\$ 10 mil. Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, esse tipo de programa é insustentável se forem mantidas as regras atuais de compensação.

Quem gera energia solar pode abater integralmente os valores na conta, deixando o peso dos subsídios para os demais consumidores. Para os dois especialistas, a revisão do contrato de Itaipu pode ser uma oportunidade para reduzir as tarifas, mas num prazo mais longo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Meus Cabelos Brancos

Painel

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e **Ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** tiveram uma longa conversa, nesta segunda (17), em São Paulo. O assunto, claro, foi a eleição presidencial.

FORA DA NOVA ORDEM

Os dois manifestaram profunda preocupação com o clima de intolerância que se instalou na sociedade e com o distanciamento do debate eleitoral de temas que são essenciais ao país, como a retomada da economia e do emprego.

com Thais Arbex e Julia Chaib

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Empresas aéreas questionam alta no preço do combustível

Assim como ocorre com diesel e gasolina, valor do querosene de aviação dispara

São Paulo- Assim como ocorre com o diesel para os caminhões e com a gasolina dos automóveis, a valorização do dólar e a altas cotações internacionais do petróleo pressionam o querosene de aviação — e vão bater no preço das passagens aéreas.

O querosene de aviação, conhecido como QAV, superou os R\$ 3,30 por litro no fim de agosto, já acrescido de impostos, segundo dados da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas) — o maior patamar pago pelas companhias aéreas desde 2002, quando foi implementada a liberdade tarifária no Brasil. O reajuste do querosene é mensal.

No ano passado, as companhias já tiveram um gasto extra com combustível de R\$ 1,3 bilhão, segundo cálculos do setor. Mantida a tendência atual, o valor seguirá em alta.

Mais de um terço do preço do bilhete corresponde ao combustível, segundo as companhias aéreas. As empresas estão segurando os reajustes para não comprometer a recuperação da demanda. No setor, o câmbio tem outro efeito nefasto: quando a moeda americana dispara, os passageiros adiam a compra da passagem.

Segundo entidades do setor, o preço do QAV hoje está 16% acima do pico histórico, registrado em março de 2014 — em valores nominais. O setor não soube informar o valor real, incluindo no cálculo o efeito da inflação.

Em uma espécie de protesto dos caminhoneiros em versão dos ares, três associações do setor se uniram num esforço para sensibilizar a ANP (Agência Nacional do Petróleo) sobre as distorções que as entidades consideram haver na fórmula de preços praticada pela Petrobras, que estão provocando o custo adicional.

A agência tem uma consulta pública aberta neste mês para tratar do assunto.

Juntas, Abear (entidade que reúne as grandes companhias aéreas brasileiras), lata (sua correspondente internacional) e Alta (de empresas da América Latina e do Caribe) pretendem defender mudanças na política de precificação para equiparar o valor do querosene brasileiro aos preços de refinarias em países como Estados Unidos, México, Chile e outros da região.

Segundo as entidades, a metodologia da Petrobras estabelece que o preço na refinaria abrange impostos, frete, custos com dutos e despesas alfandegárias, entre outros itens, provocando aumento de 31% em relação à referência de preços do golfo americano.

"O Brasil produz cerca de 92% do combustível de aviação consumido internamente e importa 8%. Mas em termos de custo real, cobra como se tivesse importando 100% do produto em uma fórmula de preço chamada paridade de importação", diz Luis Felipe de Oliveira, diretor da Alta.

Um das propostas das entidades do setor seria aplicar custos de dutos e estocagem só para o volume de querosene que de fato é importado.

Para o combustível refinado no Brasil, a ideia seria aplicar o preço de referência da cotação no golfo americano.

Companhias aéreas lamentam a pressão sobre os valores das passagens num momento em que o mercado de bilhetes aéreos para destinos nacionais e no exterior apresentava aquecimento.

Nos voos internacionais, o transporte aéreo de passageiros por companhias brasileiras cresceu quase 15% em julho, em relação ao mesmo mês do ano passado. Para os voos domésticos, a alta foi de 7,4% no mesmo período.

"Isso tudo acaba na conta do bilhete", diz Eduardo Sanovicz, presidente da Abear.

A fórmula da precificação do QAV é a apenas um item de uma vasta lista de reivindicações que o setor considera necessárias para baixar o preço das passagens e atrair mais consumidores.

Amais polêmica foi a desregulamentação da franquia de bagagem, que permite a venda de bilhetes com preços mais baixos para quem faz a opção de viajar sem malas, cobrando o despacho separadamente.

A medida passou por revezes na Justiça, mas acabou se consolidando.

Há anos, as empresas tentam, sem sucesso, reduzir a incidência de ICMS no abastecimento de aeronaves que fazem voos domésticos, entre outros pleitos.

Na mais recente derrota, no mês passado, o Senado aprovou um projeto que proíbe companhias aéreas de cobrarem pela marcação antecipada de poltronas nos voos.

A medida, ainda em análise na Câmara, permitiria expandir a segmentação de tarifas, com opções mais baratas, dizem as companhias.

Procurada, a Petrobras afirma que sua política de preços para o querosene de aviação vendido às companhias distribuidoras reflete as variações do mercado internacional e taxa de câmbio.

A empresa diz que o combustível, "assim como os demais derivados de petróleo, é uma commodity e, portanto, sua precificação deve obedecer à lógica aplicável a produtos desta natureza quando comercializados em economias abertas, acompanhando os preços do mercado internacional".

Em nota, a companhia faz analogia com preços domésticos de trigo, soja, café, ouro, ferro, açúcar, entre outras commodities, determinados pela oferta e procura internacional. "Não existem restrições legais ou regulatórias que impeçam a importação por terceiros. A falta de importadores no mercado só corrobora que o preço praticado pela companhia é competitivo", diz o comunicado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Credit Suisse falhou ao avaliar Petrobras, diz agência da Suíça

Zurique- A Finma, agência reguladora dos mercados na Suíça, criticou nesta segunda-feira (17) as falhas do banco Credit Suisse na luta contra a lavagem de dinheiro em relação à Fifa e às petroleiras Petrobras e PDVSA.

As falhas nos controles se estenderam por vários anos, principalmente antes de 2014, declarou a Finma em um comunicado, observando que se repetiram, sobretudo, no Clariden Leu, uma antiga filial do banco.

"Os controles sobre o comportamento do banco no caso da Fifa, da Petrobras e da PDVSA eram independentes uns dos outros, mas levaram às mesmas conclusões", informou o órgão suíço.

A Finma constatou que o número dois do setor bancário do país havia, nesses três casos, descumprido suas obrigações em matéria de verificação da

identidade do cocontratante e da busca pelos esclarecimentos necessários em caso de risco aumentado, entre outros aspectos.

"Para que um dispositivo de luta contra a lavagem de dinheiro seja eficaz, todos os cargos do banco envolvidos nisso devem poder, com um clique, ter uma ideia clara do conjunto dos papéis e das relações de um cliente", acrescentou a Finma.

A agência reconheceu, porém, que o Credit Suisse trabalhava desde 2015 para ter essa visão do conjunto, fez investigações internas e tomou medidas para reforçar, de maneira geral, as questões de conformidade e da luta contra a lavagem de dinheiro.

A Finma apontou ainda que o banco cooperou ao longo do processo, mas ordenou medidas suplementares para reforçar os sistemas de controle e melhorar a governança, a organização administrativa e a gestão dos riscos do banco na gestão de fortunas. Será feita uma auditoria para verificar a eficácia das medidas adotadas.

A entidade reguladora do mercado suíço lançou em 2015 investigações de vários estabelecimentos bancários para verificar se alguns de seus clientes estavam envolvidos em casos suspeitos de corrupção e se esses bancos respeitaram suas obrigações de vigilância, especialmente no que se refere à luta contra a lavagem de dinheiro.

No caso do Credit Suisse, a Finma abriu dois procedimentos: um sobre suas obrigações de diligência em relação à luta contra lavagem de dinheiro; e o outro, sobre uma relação importante para o banco com uma pessoa exposta politicamente. No segundo caso, a investigação apontou as falhas na organização na gestão de riscos.

"O Credit Suisse registrou hoje o anúncio da Finma e reconhece as conclusões, às quais ela chegou", reagiu o banco em um comunicado, ressaltando que já reforçou seu dispositivo de vigilância. "Agradecemos à Finma por ter reconhecido os avanços que fizemos nos últimos anos."

Com a chegada do novo presidente em 2015, o franco-marfiniano Tidjane Thiam, o banco passou por uma grande reorganização de suas atividades e instalou medidas de vigilância. Fez cerca de 800 contratações para a área que cuida das questões de conformidade e da revisão de seu sistema de avaliação para remunerações.

De acordo como banco, as falhas apontadas pela Finma dizem respeito ao período de 2006 a 2014.

A agência não impôs pagamento de multas, nem determinou a restituição de lucro.

AFP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/09/2018

Seção: Especial

Autor: Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

Título: Com retroescavadeiras, garimpos em rios do Pará amplificam destruição

Atividade que sustenta região do Tapajós há seis décadas passa por transformação-A-Retroescavadeiras agravam açoreamento de rio e devastação da mata ? Desde 2014, há 3.717 novos garimpos

Rio Tapajós (PA)- Há 50 anos buscando ouro na bacia do rio Tapajós, o maranhense Luis Pinheiro, 69, é parte da engrenagem que sustenta há décadas Itaituba, município de 101 mil habitantes do oeste do Pará. Acostumado a passar meses sem pisar na cidade, é taxativo: "Todo mundo 110 Brasil é garimpeiro". Praticada desde o final dos anos 1950 na região, a atividade sofreu uma revolução nos últimos anos com a introdução das PCs (retroescavadeiras hidráulicas), máquinas com poder de destruição várias vezes maior do que os métodos usados anteriormente.

"Depois do desmatamento ilegal, o garimpo é o maior vetor de destruição da Amazônia. É destruição ambiental, social e moral. É o crime organizado se apropriando das riquezas brasileiras", afirma o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

O estrago ocorre principalmente nos afluentes do rio Tapajós, um dos símbolos mais conhecidos da Amazônia por causa das praias de areia branca e água azul de Alter do Chão, que atraem milhares de turistas por ano.

Centenas de quilômetros rio acima, porém, a imagem é de terra arrasada. Ao longo de ri-os como Rato, Crepori e das Tropas, centenas de retroescavadeiras hidráulicas cavam buracos profundos ao longo das margens. Arrancam a mata ciliar, jogam toneladas de terra no leito e chegam a alterar os cursos de água.

Um laudo feito em fevereiro pela Ufopa (Universidade Federal do Oeste do Pará) mostra que, na foz, o rio Rato transporta 49,6 miligramas/ litro (mg/l) de sólidos em suspensão. Após receber a água enlameada do Rato, a média do Tapajós passa de 25 mg/l a 27,8 mg/l, contribuindo para o assoreamento de um dos maiores rios da Amazônia.

Além das PCs, as dragas, grandes balsas flutuantes, também têm papel na devastação do Tapajós. Ao sugar a terra no fundo do rio em busca de ouro, deixam pra trás o "arroto", grandes bancos de cascalho e areia no meio do rio e nas margens.

Para os mundurucus, habitantes das margens do Tapajós, as mudanças são visíveis.

"Antigamente, a água era bem azulzinha, bem limpinha. Hoje em dia, ela tem uma cor diferente, meio amarelada. Você não flecha mais peixe com um arco na mão porque não vê", diz o cacique Juarez SawMunduruku, 58, que faz oposição aos garimpos.

"O garimpo mudou o rio, acabou com o Tapajós", afirma o líder da Terra Indígena Sawré Muybu, em processo de demarcação. "Ninguém vê um igarapé mais, assim, natural. Subindo de barco pra tentar tomar uma água limpa hoje na beira do Tapajós, você não encontra mais, não, só água suja."

Para sustentar dezenas de milhares de pessoas, a exploração desenvolveu voracidade incontrolável. Com a ajuda da PC, foram abertos 3.717 garimpos na região do Tapajós desde 2014, segundo levantamento do Ibama a partir de imagens de satélite.

Desse total, 805 (21,6%) estão em áreas protegidas federais, incluindo terras indígenas e florestas nacionais, onde o garimpo é proibido.

A grande maioria da atividade, porém, está na APA (área de proteção ambiental) Tapajós, de gestão estadual. A atividade ali tem licenças municipais, mas há pouca fiscalização para verificar se as exigências são cumpridas.

"É um processo muito grave o da descentralização que o estado faz para município licenciar garimpo", diz Evaristo. "É inacreditável dar licença sem ter a avaliação do impacto, sem as medidas mitigadoras e sem saber o que vai ser feito nas áreas degradadas."

Dono de garimpo, fazendeiro, empreiteiro e ex-madeireiro, o prefeito de Itaituba, Valmir Climaco (MDB), é um dos principais defensores da atividade. Ele assegura que, finda a exploração em um determinado local, a natureza se regenera em seguida.

"A pessoa que fala que garimpo destrói não diz a verdade", diz Climaco, que migrou do Ceará nos anos 1970. "Todos sabemos que quem destrói a Amazônia é o desmatamento, e no garimpo não existe desmatamento. Você tira um barranco da beira de uma montanha, e cinco ou seis anos depois o mato já cobriu."

O emedebista afirma que, nos anos 1990, toda a economia girava em torno do garimpo, mas que agora esse percentual reduziu para até 70% por causa da agropecuária e, mais recentemente, dos portos no Tapajós que embarcam a soja vinda de Mato Grosso.

As décadas de exploração de ouro, no entanto, não se reverteram em melhorias socioeconômicas para Itaituba, autbatizada de "cidade pepita", cujo hino começa com: "Os garimpos, as praias, a fonte".

Um exemplo é o saneamento. De acordo com o Atlas Esgoto 2017 da ANA (Agência Nacional de Água), 78,2% dos domicílios não têm coleta e tratamento de esgoto, percentual abaixo da média nacional (26,3%) e do Pará (65,6%).

Climaco diz que o principal culpado é a sonegação: "O município produz duas toneladas, nós só recebemos o imposto de 350 kg de ouro, então há grande contrabando de ouro, e eu tenho batido pesado nisso, fiz já várias denúncias".

Dono de um garimpo às margens do rio Rato, Luis Pinheiro explora ouro dentro dos limites da Floresta Nacional (Flona) Itaituba 1.

Pai de 14 filhos, ele conta com a ajuda de três deles na busca do ouro, além de empregar dez garimpeiros.

Apesar de estar prestes a completar 70 anos e de ser dono de uma PC, que custa em torno de R\$ 500 mil, Pinheiro trabalha afundado na lama com os garimpeiros. Cada um recebe 16% da produção, além da alimentação e da cobertura de outras despesas. Todos dormem em redes armadas dentro de barracos.

Para Pinheiro, trata-se da única alternativa na região.

"Qual empresa que tem aqui? Roça é proibido, não pode desmatar. Na fazenda, não tem serviço. Os brasileiros dessa região são todos analfabetos. E, quando tem uma sabedoria, não tem emprego. Vai pra onde? Pro garimpo."

Colaborou Mo nica Prestes, de Manaus

A viagem dos repórteres foi paga pela Rainforest Foundation Norway (RFN)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 18/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Represando**

Direto da Fonte

A Agência Nacional de Águas acertou ao suspender, na sexta-feira, as autorizações para novas hidrelétricas na bacia hidrográfica do Paraguai até maio de 2020, avalia a SOS Pantanal. Esse prazo é o necessário, segundo a ANA, para se concluir os estudos de impacto econômico e ambiental de novos projetos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 18/09/2018****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: » A energia eólica continua a avançar no Brasil.**

Mercado S/A

Rapidinhas

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, nos sete primeiros meses de 2018 a geração proveniente das 520 usinas em operação no país cresceu 17,8% ante igual período do ano passado. O Nordeste domina o setor, concentrando oito dos 10 maiores produtores.

» E por falar em energia eólica: a empresa americana de computação Soluna vai construir uma usina de 900 megawatts em Dakhla, cidade no Saara administrada pelo Marrocos. A ideia é usar os ventos fortes do deserto para minerar criptomoedas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/09/2018****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Leilão de térmicas no NE divide o setor**

O polêmico leilão de termelétricas na região Nordeste está enfrentando dificuldades para sair do papel. O motivo, segundo o **Valor** apurou, é a falta de acordo dentro da equipe energética do governo, dividida entre aqueles que apoiam o certame, visto como necessário para garantir a segurança energética e a estabilidade da rede na região, e outro grupo, que considera mais importante investir em transmissão e na integração do Nordeste com o restante do país.

De um lado, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reive Barros, tem sido o principal defensor do leilão, acompanhado por aqueles que consideram importante a contratação das térmicas mais eficientes para garantir a segurança energética no Nordeste e reduzir o preço da energia na região.

A falta de transparência em torno do modelo do certame, contudo, é motivo de resistência nas áreas técnicas da equipe energética do governo. Representantes do **Ministério de Minas e Energia (MME)** têm falado sobre o leilão com frequência nos últimos meses, mas não há disponível um documento público sobre o tema, aumentando as críticas sobre a falta de transparência, especialmente no contexto de ano eleitoral. Segundo fontes, a ordem no MME hoje é se esquivar do tema para evitar que a polêmica cresça.

O maior problema apontado pelos críticos está na remuneração das usinas. As distribuidoras já contrataram a demanda projetada para os próximos quatro a seis anos. Uma saída considerada é pagar os geradores via encargo, valor coberto pelos consumidores por meio das tarifas. Ainda não há, contudo, modelo definido para a comercialização dessa energia, o que indica a necessidade de uma discussão mais ampla com a sociedade sobre a forma de pagamento e de contratação das novas usinas.

A ideia de fazer o leilão de termelétricas ganhou força quando os grandes projetos do tipo ficaram de fora do leilão A-6, no fim de agosto.

Como o Nordeste é em grande parte atendido por termelétricas antigas e ineficientes, movidas a óleo combustível, ganhou força o plano de substituí-las por novas usinas, mais baratas e eficientes, a gás natural, uma fonte mais limpa. As concessões dessas usinas vencem nos próximos anos, o que abriria espaço para substituição, mas a garantia física já está sendo trocada por outras fontes pelas distribuidoras por meio dos leilões de geração mais recentes.

Segundo Barros, considerando o cenário de escassez hídrica e a dependência grande da região de fontes renováveis, que operam com intermitência, foi identificada a necessidade de implantação de mais térmicas. "Verificamos que a geração no Nordeste tem energia, mas não tem potência. Então, consequentemente, é importante que nós tenhamos geração térmica", disse.

Não se trata apenas da questão da energia, que seria resolvida por meio de investimentos mais robustos em transmissão, trazendo a energia de outras regiões que contam com grande geração hidrelétrica. "Mas transmissão não traz inércia, que é a massa girante da máquina que dá estabilidade ao sistema", disse Xisto Vieira Filho, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Termelétrica (Abraget), entidade favorável ao leilão.

Segundo Vieira, o sistema no Nordeste está cada vez mais instável, pois as fontes renováveis têm picos de geração e momentos em que não funcionam, por falta de vento ou sol.

"Provamos com estudos da mais alta qualidade que é necessária a geração térmica no Nordeste. O problema é como viabilizar a comercialização da energia, definir quem paga a conta", disse Vieira. Segundo ele, uma possibilidade é que a geração dessas usinas realmente seja paga pelos consumidores, via encargo. Outra, seria cobrar das fontes intermitentes, que hoje são subsidiadas. Esses recursos podem ser destinados ao custeio das térmicas no futuro.

Embora ainda não exista definição sobre o modelo de contratação e remuneração dessas usinas, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse ser positiva a proposta de substituir as térmicas mais caras.

"A proposta é benéfica para o setor elétrico brasileiro pelo fato de que o parque térmico que temos contratado hoje possui CVU [custo de geração] elevado e níveis de emissões elevados também", disse Pepitone. Segundo ele, os índices tarifários estão altos, o que incomoda e preocupa a Aneel.

Para garantir redução nas tarifas, um grupo defende que as novas térmicas entrem como substituição das antigas a óleo. Há também quem afirme que as distribuidoras estão sendo excessivamente conservadoras nas projeções de demanda e que uma recuperação repentina da economia pode fazer com que ainda haja espaço para novas térmicas a gás.

O presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Rui Altieri, disse ser favorável à realização do leilão de substituição. Segundo ele, porém, é importante observar o vencimento dos contratos, para contratar novas térmicas a gás apenas depois de vencidos os prazos das usinas anteriores.

A ideia do leilão passa também por um incentivo à autossuficiência regional. "A visão que temos é que as regiões sejam autossuficientes energeticamente", afirmou Reive Barros. "Com isso, vamos maximizar o aproveitamento de

geração de energia das fontes onde cada região está vocacionada. Nós identificamos hoje uma oferta muito grande de geração eólica e solar no Nordeste. Será incentivado a continuar a maximização dessas fontes. Entendemos também que essas fontes renováveis, apesar de importantes, têm característica de intermitência."

Entre os contrários às térmicas, o argumento da autossuficiência também é alvo de críticas, pois o conceito é tido como oposto ao que o Brasil buscou historicamente, com leilões de geração centralizados e instalação de uma rede robusta de transmissão. "A medida corresponde a uma quebra de paradigma do setor elétrico brasileiro e a um retrocesso quando comparada à integração energética buscada em sistemas mundiais. Não pode ser tomada em um fim de governo sem amplo debate com a sociedade", disse uma fonte do setor elétrico que preferiu falar sob condição de anonimato.

O caráter político da decisão também é alvo de críticas dentro do próprio Ministério de Minas e Energia. "Um leilão regional é contra tudo o que o mundo faz", disse uma autoridade, que também pediu para não ser identificada.

Segundo o presidente da EPE, o assunto do leilão está hoje no Ministério de Minas e Energia, que vai definir quando acontecerá a disputa.

O **Valor** apurou que o ministro Moreira Franco é favorável ao certame, mas enfrenta resistência no ministério. O Tribunal de Contas da União (TCU) questionou o governo sobre o leilão. Nota técnica deve ser entregue ao TCU nos próximos dias. Será o primeiro documento público sobre o tema a ser disponibilizado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Chuvas fortes no Sul fazem ONS abrir vertedouros de usinas em plena seca

As chuvas fortes registradas no fim de agosto e início de setembro fizeram com que as hidrelétricas das bacias do Uruguai e do Jacuí, na região Sul do Brasil, passassem a verter água, apesar da situação de seca no restante do país, com o despacho de termelétricas fora da ordem de mérito (usinas cujo custo de operação é superior ao preço de energia no mercado à vista), que deverá custar milhões a mais aos consumidores.

Segundo a Electra Energy, as chuvas nesta época do ano na região Sul são comuns, mas o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em uma ação conservadora, manteve baixo o despacho das hidrelétricas da região entre junho e julho. Para suprir a região, importou-se energia da região Sudeste, da ordem de 2 gigawatts (GW) a 3 GW.

Procurado, o ONS disse que essas usinas são, em sua maioria, a fio d'água, sem ou com baixa capacidade de armazenamento, o que faz com que um único evento de chuvas fortes leve ao enchimento dos estoques à capacidade máxima em poucos dias.

Das usinas que estão vertendo hoje, a principal que conta com reservatório de acumulação é a de Machadinho, com 1.140 megawatts (MW) de potência. Segundo o ONS, no início de junho, a hidrelétrica chegou a atingir valores inferiores a 25% do volume útil, o que o levou a adotar uma política de preservação de seus estoques armazenados. No fim de julho, com a melhora nas condições hidrológicas, a geração da usina passou a ser maximizada, mas as chuvas recentes foram suficientes para encher o reservatório, o que resultou no seu vertimento.

Para Sandro Antonio Saggiorato, gerente de Risco de Mercado de Energia da Electra Energy, se o Sul tivesse usado a plena capacidade das suas usinas nos últimos dois meses, os reservatórios em questão teriam, hoje, um volume inferior à capacidade máxima, evitando o vertimento e também o acionamento de termelétricas mais caras.

Desde o início do mês, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu pelo despacho de termelétricas fora da ordem de mérito, a fim de garantir o suprimento de energia no país, levando em conta os baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, principalmente no Sudeste. "Se o Sudeste tivesse mandado menos energia pra o Sul, essa energia estaria agora nos reservatórios das usinas, sem necessidade das termelétricas", disse Saggiorato.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estima que o custo dessa geração, paga por meio dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS), será em torno de R\$ 183 milhões neste mês.

Segundo o especialista da Electra Energy, para evitar esse cenário, o ONS deveria ter aberto espaço nas bacias mais ao Sul, para garantir espaço de reservatório. "O volume que se verteu, a mesma energia jogada fora é a que está sendo despachada nas termelétricas", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 18/09/2018**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Grupo de trabalho finaliza relatório sobre retomada de obras em Angra 3

O grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para realizar estudos e analisar a retomada das obras da usina de Angra 3 entregou ontem relatório final sobre o tema, apurou o **Valor**. Segundo uma fonte a par do assunto, não há previsão de prorrogação do prazo do grupo de trabalho. Ela, no entanto, não comentou o teor do documento.

O grupo de trabalho foi criado em julho e tinha prazo de dois meses para analisar o assunto, com possibilidade de prorrogação. Participam do grupo, integrantes do **Ministério de Minas e Energia**, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Eletronuclear, braço da estatal Eletrobras em geração de energia nuclear.

Desde que assumiu a pasta, em abril, o ministro Moreira Franco colocou entre as prioridades a retomada das obras de Angra 3, localizada no Estado do Rio de Janeiro, onde fica a base eleitoral do ministro. Em junho, Moreira Franco visitou o local das obras de Angra 3 e esteve na usina de Angra 2, situada no mesmo complexo, em Angra dos Reis, no litoral Sul do Estado.

Angra 3 está com índice de conclusão das obras de 67%. A construção da terceira usina nuclear brasileira, porém, está paralisada desde setembro de 2015, após a apuração de irregularidades de contratos do projeto, no âmbito das investigações da força-tarefa da Lava-Jato, e devido à falta de pagamento pela Eletronuclear a fornecedores.

Estima-se que sejam necessários R\$ 17 bilhões para concluir Angra 3. Até o momento já foram gastos cerca de R\$ 13 bilhões.

O governo estuda uma forma de reajustar a tarifa de Angra 3, dos cerca de R\$ 250 por megawatt-hora (MWh) para algo em torno de R\$ 400/MWh, o que tornaria o projeto viável economicamente para a atração de um sócio privado que faria os aportes necessários para a conclusão da usina. A operação dela, no entanto, permaneceria nas mãos da Eletronuclear.

A preocupação maior de técnicos do governo, porém, é em como reajustar a tarifa de Angra 3 sem onerar ainda mais o consumidor.

Outro problema relativo à usina nuclear é a necessidade de equacionamento de financiamentos com o BNDES e a Caixa Econômica Federal, que já iniciaram a cobrança prevista dos juros do financiamento contratado para a obra.

Com a revisão do contrato de venda de energia, a Eletronuclear poderá renegociar os financiamentos existentes no BNDES e na Caixa Econômica Federal. Resolvida essa questão, a expectativa é que seja admitido um parceiro privado minoritário que faça a injeção dos investimentos necessários para conclusão de Angra 3.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2026), a previsão é que Angra 3 entre em operação em janeiro de 2026.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schuffner | Do Rio

Título: Mudança de regras trouxe ExxonMobil de volta ao Brasil

Ausente do mercado brasileiro desde 2009, quando devolveu um bloco promissor, o BM-S-22, que era o único operado no pré-sal por uma empresa estrangeira na década passada, a ExxonMobil voltou ao mercado brasileiro de exploração e produção com disposição. Prova disso são os US\$ 3,5 bilhões que já investiu no país. Desde o ano passado, a Exxon fez lances em cinco leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e adquiriu mais 23 áreas.

Presidente da companhia no Brasil, a brasileira Carla Lacerda, diz que as mudanças regulatórias adotadas no país nos últimos dois anos justificaram o pagamento de R\$ 6,7 bilhões de bônus de assinatura para o governo, valor maior que os R\$ 6,1 bilhões pagos pela Petrobras no mesmo período

A reentrada no Brasil da maior companhia privada de petróleo do mundo, com produção de 3,9 milhões de barris equivalentes de petróleo e lucro de US\$ 19,7 bilhões no ano passado, começou em 2013 de forma quase discreta. Naquele ano a ExxonMobil participou da 11ª Rodada tendo como sócia a OGX em um momento em que a empresa de Eike Batista já mostrava dificuldades. Juntos, compraram dois blocos em águas profundas das bacias do Ceará e Potiguar.

Mas foi a partir de setembro de 2017, na 14ª Rodada, que começou a ficar clara a intenção da ExxonMobil de recuperar o tempo perdido. E entrou no território

em que concorrentes como Royal Dutch Shell, segunda maior empresa privada do mundo com produção de 2,7 milhões de barris equivalentes, começava a ganhar espaço em um ambiente antes dominado pela Petrobras.

"São três pilares que nos levaram a essa atuação recente. O primeiro está relacionado às reformas [no setor], iniciativas como a flexibilização do operador único, os ajustes na política de conteúdo local com valores mais atingíveis, a extensão do Repetro, hoje extremamente importante para a indústria, e a retomada das rodadas [da ANP], com um calendário previsível", disse a executiva em uma rara entrevista ao **Valor**.

Mas faz uma ressalva quando ouve que a Exxon esteve ausente do país nos últimos anos, lembrando que a empresa está no país há 106 anos - chegou em 1912 como Standard Oil Company of Brazil e depois apenas como Esso - e tem 1.300 empregados em seu centro de serviços compartilhados em Curitiba (PR).

Carla cita ainda como atrativos a oferta de blocos considerados de alta qualidade, especialmente no pré-sal geológico como os adquiridos por ela na Bacia de Campos, sob o regime de concessão já que estão fora da faixa delimitada para a exploração no regime de partilha de produção. "O terceiro pilar são as fortalezas das parcerias que nós construímos para participar dessas rodadas", diz.

Atualmente, a Exxon está em 25 áreas exploratórias ou em fase de desenvolvimento da produção, sozinha ou com sócios - Petrobras, Equinor (ex-Statoil), Galp, Azibrás (que comprou as participações da OGX), Queiroz Galvão, Murphy e Qatar Petroleum. Carla não fala sobre a participação na 5ª Rodada do Pré-Sal, marcada para o dia 28 de setembro, logo após a Rio Oil & Gas. Serão oferecidas as áreas Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, com bônus R\$ 6,8 bilhões.

A presença da executiva entregando envelopes nos leilões se tornou uma constante. Oceanógrafa química, fez graduação e mestrado nos Estados Unidos e trabalha na ExxonMobil há 30 anos. Esta é a terceira vez que a executiva ocupa um cargo no Brasil. A empresa aguarda a regulamentação do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor). O programa permitirá que as empresas instaladas no Brasil possam contabilizar como crédito de conteúdo local as compras feitas no país para projetos no exterior.

A Exxon encomendou à TechnipFMC (TFMC) no Brasil 17 árvores de natal e cinco conjuntos de válvulas e acessórios que reúne a produção de vários poços

(manifolds) para o projeto de Liza, na Guiana Francesa. Carla diz que a TFMC participou de um processo de licitação com outros fornecedores internacionais.

A primeira produção no Brasil será no campo de Carcará, onde existe um reservatório com mais de 2 bilhões de barris de petróleo no bloco BM-S-8. A Exxon comprou da Equinor, que é a operadora, uma participação de 36,5% por US\$ 1,3 bilhão. Posteriormente a Exxon adquiriu 40% dos direitos de produção da área Carcará Norte na 2ª Rodada de Partilha, realizada em outubro de 2017.

A área será explorada com os sócios sob dois regimes: a parte do reservatório de Carcará dentro do BM-S-8 sob o regime de concessão e a área Norte sob a partilha. O início da produção está prevista para 2023 ou 2024. Carcará foi citado pelo candidato do PDT à presidência Ciro Gomes, como um acordo lesivo à Petrobras, já que a estatal vendeu por US\$ 2,5 bilhões os 66% que tinha na área para a Equinor, que posteriormente cedeu metade de sua fatia para a Exxon. Sobre a ameaça do candidato de desfazer o negócio caso seja eleito, Carla disse que preferia não comentar, porque a empresa é apartidária.

"Mas o que posso dizer é que depois da abertura do setor de óleo e gás, em 1997, de lá para cá a gente tem um histórico de estabilidade em todos os contratos que foram firmados em óleo e gás. Os contratos de concessão estão aí vigentes. Temos praticamente 350 a 400 contratos de concessão e em 2010, quando surgiu a partilha o governo respeitou os contratos de concessão. Nós estamos nos baseando nesse histórico", pondera.

A presidente da Exxon diz que ainda não é possível falar em quanto vai investir nos próximos anos. Além dos aportes para iniciar a produção de Carcará, precisa perfurar sete poços de compromisso em vários blocos diferentes no pré-sal nas Bacias de Campos e Santos. As empresas contratadas para estudos sísmicos 3D em águas profundas ao Norte da Bacia de Campos foram a Petroleum Geo-Service (PGS) e a francesa CGGVeritas. A empresa precisa de autorização do Ibama para iniciar a fase de perfuração.

A executiva diz ainda que tem participado ativamente do processo de discussão entre a indústria, governo e ANP sobre o Pedefor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras espera salto de produção em 2019, para novo recorde anual

A Petrobras espera reverter a trajetória de queda deste ano e dar um salto na produção em 2019, para um novo patamar recorde anual. A meta é produzir, em média, 2,3 milhões de barris diários de petróleo no Brasil, o que representa um aumento de 9,5% frente aos 2,1 milhões de barris/dia projetados para este ano. A meta para 2019 foi divulgada ontem pelo diretor financeiro e de relações com investidores da estatal, Rafael Grisolia, em entrevista à Reuters, e confirmada oficialmente pela petroleira.

Até julho, a Petrobras acumula queda de 4,5% no volume produzido, ante igual período do ano passado. A média de produção da empresa está em 2,065 milhões de barris/dia, ligeiramente abaixo da projeção para o ano. Mas a expectativa para os próximos meses é positiva, em função da previsão de entrada em operação de uma série de novas plataformas.

A empresa colocou em operação, este ano, duas novas unidades de produção - a P-74, em Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos, e a plataforma Cidade Campos dos Goytacazes, no campo de Tartaruga Verde e Mestiça, na Bacia de Campos. A previsão é que, até o fim do ano, também comecem a operar as plataformas P-67 (Lula Norte), P-69 (Lula Extremo Sul), P-75 e P-76 (Búzios), todas elas com capacidade para produzir 150 mil barris/dia na Bacia de Santos.

Como estão previstas para o quarto trimestre, a expectativa é que essas unidades contribuam de maneira mais substancial para a curva de produção da companhia em 2019. De acordo com dados da Petrobras, uma plataforma do pré-sal leva, em média, 11 meses para atingir sua capacidade plena. A P-68 (Berbigão), prevista inicialmente para este ano, ficará para o ano que vem, assim como as unidades P-77 (Búzios) e P-70 (Atapu).

Com esses projetos, a expectativa é que a Petrobras retome o crescimento. Apesar do recorde de produção no pré-sal, a estatal enfrenta dificuldades para decolar a produção basicamente por três fatores: venda de ativos, aumento das paradas para manutenção de plataformas e declínio da produção na Bacia de Campos - que atingiu em julho o patamar mais baixo desde outubro de 2001, de 1,006 milhão de barris/dia.

Enquanto o pré-sal sustenta o crescimento da petroleira, o pós-sal vem patinando. Para conter o declínio, a estatal vem buscando parceiros para investir em projetos de revitalização de campos maduros. A Petrobras já fechou um acordo com a Equinor (ex- Statoil), para o campo de Roncador, e negocia com a chinesa CNPC uma parceria semelhante para Marlim, mas ainda não há previsão de quando esses projetos sairão do papel.

A produção também vem sendo puxada para baixo pelas paradas para manutenção de plataformas. Ao todo, a Petrobras planejava 45 paradas neste

ano, praticamente o dobro do número do ano passado. Por fim, também pesa sobre a curva e produção deste ano os desinvestimentos. Em junho, a petroleira concluiu a venda de uma fatia de 25% em Roncador, para a Equinor. O campo é o quarto maior do Brasil e representa cerca de 6,5% da produção total da Petrobras, com base nos dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de julho. Com a venda de 25% do ativo, a estatal perdeu um volume equivalente a 43 mil barris diários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BID lança programa de eficiência energética

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está lançando hoje, em parceria com bancos de fomento regionais, uma iniciativa que unirá US\$ 25 milhões em financiamentos para eficiência energética e geração distribuída, associados a um seguro criado para cobrir riscos de desempenho dos empreendimentos.

O objetivo é minimizar riscos no mercado e incentivar pequenas e médias empresas a investirem em projetos de eficiência energética e geração distribuída, explicou Maria Netto, especialista em mercado de capitais do BID. "O potencial de replicação desse programa no Brasil é enorme", afirmou ela.

O financiamento a taxas subsidiadas e vencimento de longo prazo será disponibilizado pelas instituições Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), e pela Goiás Fomento.

A seguradora francesa AXA vai oferecer o seguro garantia, desenvolvido especificamente para o programa. A ideia é garantir que o investidor tenha a economia estimada, mesmo se as mudanças implementadas não gerarem o nível de eficiência projetado, ou se os painéis solares não gerarem a energia prevista, no caso de instalações de geração distribuída.

"Por exemplo, o fornecedor vai falar ao cliente que trocará o ar condicionado e que a economia gerada por isso vai permitir pagar o investimento. Se a economia for menor que a projetada, o seguro vai cobrir", explicou Maria.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também faz parte do projeto, responsável pela validação dos projetos e acreditação dos fornecedores

e prestadores de serviços. Isso será fundamental para que o prêmio de risco do seguro seja baixo, entre 0,5% e 1% do investimento total.

"O serviço de certificação da ABNT é padronizado e garante a qualidade dos projetos. É muito provável que não haja a economia de energia prevista, então o custo do seguro será muito baixo", disse a especialista do BID.

Segundo ela, o BID está ajudando a estruturar esse projeto piloto. No longo prazo, como existe uma padronização na certificação e nos financiamentos, a tendência é que o modelo seja replicado por outros bancos, principalmente os de fomento. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Investe São Paulo, por exemplo, já entraram em contato com o BID e estudam fazer um modelo parecido. "Se o mercado começar a entender melhor o funcionamento do seguro, é possível que um banco privado se disponibilize a financiar os projetos no longo prazo também", disse Maria.

O BID têm também projetos- piloto parecidos em outros países, como México e Colômbia, e estuda replicar em outros mercados na América Latina.

Com o tempo, a tendência é que esse mercado seja ocupado também pelos prestadores de serviço que atuam como Esco (sigla para Empresa de Serviços de Energia), que são remuneradas diretamente por meio da economia gerada pelos projetos de eficiência e geração distribuída. "Eu espero que as Escos tenham mais negócios e possam ter braços financeiros para replicar o modelo. Hoje é mais difícil por conta do financiamento para empresas menores", disse Maria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Órgão dos EUA usará modelo da PSR

A Bonneville Power Administration (BPA), órgão que opera o sistema elétrico da região do Noroeste do Pacífico dos Estados Unidos, passará a utilizar em dezembro um sistema computacional para planejamento energético desenvolvido pela brasileira PSR. A ferramenta, que envolve 16 mil computadores em computação em nuvem, permitirá a programação do sistema para cada hora seguinte, considerando incertezas oriundas da intermitência da produção de fontes eólica, e solar, contratos de fornecimento de gás natural e intercâmbio energético com o restante da Costa Oeste, somando capacidade

instalada de 400 mil megawatts (MW), quase duas vezes e meio o parque gerador brasileiro.

O negócio revela um outro lado da PSR, conhecida no Brasil principalmente por prestação de consultoria e realização de estudos na área de energia, com destaque para previsões de risco de racionamento. Segundo Mário Veiga, presidente da PSR, metade do faturamento da companhia vem do licenciamento em nível mundial de sistemas computacionais com algoritmos avançados para estudos e planejamento da operação.

De acordo com o executivo, sistemas computacionais da PSR estão sendo utilizados por cerca de 300 clientes, incluindo investidores, centros de controle, comercializadoras e agências governamentais, em 75 países. Do faturamento total da empresa, 63% vêm do exterior. A previsão da PSR é ampliar em 17% o faturamento total este ano, ante 2017, que, por sua vez avançou 13%, em relação a 2016.

Primeira empresa da América do Sul a utilizar o serviço de arquitetura em nuvem lançado pela Amazon em 2006, a PSR também entregará em novembro um sistema integrado de planejamento energético para o governo do Peru. A ferramenta é capaz de representar o setor de energia peruano e o efeito dele em todos os setores da economia daquele país.

"O setor de energia é tão complexo que os problemas da vida real são mais complicados do que as técnicas matemáticas e tecnológicas mais avançadas existentes hoje", afirma o consultor, um dos responsáveis pela criação do modelo computacional utilizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para operação do sistema elétrico brasileiro.

Para Veiga, a competição entre as empresas é fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas que permitam prever e otimizar a operação de sistemas elétricos em todo o mundo. O executivo é favorável aos programas computacionais de código aberto, em que o código fonte fica disponível para download por qualquer pessoa, dentro de uma filosofia voltada para a colaboração entre desenvolvedores. Segundo ele, a competição não está na "reserva de mercado", mas na competência do profissional que desenvolve e aplica o produto. "É importante conhecer como a aplicação se junta com a técnica".

Nesta quinta-feira, uma equipe da PSR apresentará em seminário na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um novo sistema para inventário de recursos hidrelétricos que reduz os custos de inventário para usinas de pequeno e médio porte e determina, de maneira analítica, o melhor equilíbrio entre os aspectos econômico e ambiental do empreendimento. A iniciativa tem apoio

financeiro da EDF, dentro do programa de pesquisa e desenvolvimento da Aneel.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

QGEP contrata sonda

A QGEP Participações contratou a sonda de perfuração Laguna Star para o terceiro poço do Sistema de Produção Antecipada (SPA) do Campo de Atlanta, na Bacia de Santos. A perfuração tem início previsto para o primeiro trimestre de 2019 e deve durar 90 dias, com possível extensão por mais 90 dias. O valor do contrato é de até US\$ 26 milhões. A sonda poderá ser alocada nas atividades de intervenção dos dois poços produtores para substituição das bombas submersas, hoje inoperantes, visando o aumento de produção do Campo.

BTG e Petroafrica

O BTG Pactual informou que as negociações com a Petrobras e possíveis compradores sobre a venda de sua participação na Petroafrica ainda estão ocorrendo e com "diversas indefinições sobre estruturas e cenários". A declaração foi feita em resposta ao ofício da B3, que questionou o BTG sobre matéria do **Valor** que dizia que o BTG planeja manter sua participação no ativo. No comunicado, o banco disse que o objetivo inicial do negócio segue inalterado, mas que todos os cenários possíveis sempre serão analisados.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	18/09/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Oxiteno nos EUA A Oxiteno, produtora de especialidades químicas do grupo Ultra, deu início às operações da nova fábrica nos Estados Unidos, em Pasadena (Texas). A unidade produzirá tensoativos não iônicos e alcoxilatos especiais, usados em agroquímicos, produtos de cuidados pessoais, entre outros. A unidade tem capacidade de produção de 170 mil toneladas por ano e fica junto

ao Golfo do México, o que garante acesso a matéria-prima, recursos logísticos e mão de obra especializada. Em seis anos, os investimentos da empresa no projeto somaram US\$ 200 milhões, incluindo compra do terreno, construção da fábrica e instalações de pesquisa e desenvolvimento.

MME / ASCOM .